

# al·mada

ARQUEOLOGIA • PATRIMÓNIO • HISTÓRIA LOCAL

ESPECIAL Pág. 59

## ARQUEOLOGIA E IMPACTE AMBIENTAL

QUINTA DE S. PEDRO (CORROIOS) Pág. 26

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO Pág. 47

AS SIGLAS DOS CANTEIROS MEDIEVAIS Pág. 119



Pág. 128

ALMADA MINEIRA,  
MANUFACTUREIRA E INDUSTRIAL



Jorge Raposo 4 Editorial

João Luís Cardoso & José Norton 5 Achados do Paleolítico inferior e médio da região de Rio Maior

João Luís Cardoso & A. M. Monge Soares 10 Cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura Portuguesa

João Ludgero Marques Gonçalves 14 Ídolos de cornos do Forno da Telha e do Curral Velho (Rio Maior)

Júlio Roque Caneira 16 O sítio campaniforme de Vale Comprido (Rio Maior)

João Luís Cardoso, José Norton & Francisco Negalha 20 A barragem romana de Alfundão (Ferreira do Alentejo)

A. M. Dias Diogo & Laura Trindade 23 Elementos para o estudo de Tróia (Setúbal)

Jorge Raposo & Ana Luísa Duarte 26 Intervenção arqueológica na QI<sup>a</sup> de S. Pedro (Seixal)

Eugénia Cunha 34 Contribuição da Paleobiologia (QI<sup>a</sup> de S. Pedro, Seixal)

Maria Fernanda Boto 41 Análise espacial em Arqueologia

Francisco J. S. Alves 54 Património Cultural subaquático português (nova legislação)

João Paulo Pereira 58 Sistema de Informação em Museus com coleções de Arqueologia



Jorge Raposo 60 Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural

Colaborações de • Elisabete Gonçalves • João C. Caninas • Luís Raposo • J. Joanaz de Melo

João Paulo Pereira & Ivone P. Martins 87 Estudos de Impacte Ambiental: a vertente arqueológica

António Manuel S. P. Silva 94 Impacte Ambiental e Arqueologia: um diálogo indispensável

António Carlos Silva 97 Arqueologia preventiva e de salvamento: a ponta do icebergue

Francisco Sande Lemos 101 Foz Côa: achegas para um debate indispensável

Luís Raposo 109 A datação das gravuras do Côa: considerações éticas e metodológicas

João C. Caninas & Francisco Henriques 115 Destruição do Património Arqueológico na Beira Interior

Leonardo Charréu 119 As siglas dos canteiros medievais: contributo metodológico e bibliográfico

Jorge Custódio 128 Almada mineira, manufactureira e industrial

Maria José Pinto 140 Palácio Gomes: pequena monografia

Jorge Augusto Miranda 143 Moinhos de vento nos arredores de Lisboa



150 Livros 159 Actividade científica 163 Actividade arqueológica 170 Notícias 183 Cãotoon 186 Dos jornais

Para uma revista com as características de *Al-madan*, seria impossível (e imperdoável) passar à margem da polémica gerada pela barragem em construção no vale do rio Côa, obra que, ao colidir frontalmente com um riquíssimo património arqueológico, despertou a opinião pública portuguesa, de uma forma nunca antes atingida, para o debate em torno da valoração a atribuir aos vestígios de um passado mais ou menos remoto, quando no outro prato da balança se coloca o aparente bem estar e a riqueza do presente e do futuro. Praticamente não houve quem não tomasse partido, pelo betão ou pela arte rupestre, com posições por vezes extremadas (mas nem sempre reflectidas), tendo como pano de fundo a total inoperância dos responsáveis pela política cultural perante uma actuação decidida e agressiva da EDP e do Ministério da Indústria e Energia, a qual chegou a assumir as características de uma manipulação colectiva que culminou no episódio das "datações directas", cobertura pseudo-científica para uma tentativa de desvalorização do achado que foi, desde sempre, o ponto fulcral da estratégia da empresa e do referido ministério.

Contudo, a incultura, para usar a expressão de alguns colaboradores desta edição, de empreendedores privados ou dos poderes públicos (centrais mas também, frequentemente, locais), associada à incúria ou, simplesmente, à ausência de um modelo de desenvolvimento capaz de ver além do horizonte da rentabilidade imediata, fazem com que o caso do Côa não seja único. Ignorados porque não mediatizados, centenas se não milhares de sítios arqueológicos, imóveis ou outros elementos arquitectónicos ou etnográficos, são afectados por obras que, independentemente da importância de que se revistam, os ignoram completamente, promovendo destruições ou amputações por vezes criminosas que podiam em muitos casos ser minimizadas ou mesmo evitadas. Sem esquecer o carácter excepcional dos achados do Côa, importava pois alargar o âmbito deste tipo de discussão.

Por isso nos propusemos investigar mais de perto o processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Resultado de imposição comunitária, a actual legislação portuguesa sobre esta matéria foi desde sempre contestada pelos ambientalistas mas deu origem a uma prática que, salvo algumas abordagens pontuais, nunca fora observada na perspectiva das suas incidências no Património Cultural — para tal houve que desencadear um inquérito que envolveu cerca de duas centenas de pequenas e grandes obras, com o objectivo de clarificar aspectos que vão das características e condições de execução dos Estudos de Impacte Ambiental, até à forma como estes são aliados e fundamentados as decisões de licenciamento.

Os resultados estão à vista no *dossier* central, parecendo tomar ainda mais sombrios os contornos de uma realidade que se antevia alarmante, ilustrada por tristes exemplos que todos conhecemos, como o recentemente sucedido na pedreira da Ribeira do Cavalo (ver pp. 175-177). Mas pensamos que eles vêm também demonstrar o que diversos dos nossos colaboradores sugerem nesta edição: a urgência de definição de uma política cultural coerente, assente numa discussão participada que produza reflexos ao nível legislativo e, consequentemente, na prática quotidiana de todos quantos actuam sobre o nosso território.

Aos arqueólogos e outros investigadores sociais, compete lutar por um papel mais interventor em todo este processo, o que só conseguirão dignificando socialmente a sua actividade, com profissionalismo e uma conduta ética e deontológica que inspire o respeito dos seus concidadãos.

Como os nossos leitores terão reparado, o aumento generalizado dos custos de produção obrigou à alteração do preço de capa de *Al-madan*, uma subida inferior a 17% que, no entanto, é compensada por acréscimo quase igual no número de páginas (que passam de 162 para 186 nesta edição, facto só possível pela assinalável melhoria do volume de vendas e pela manutenção de um conjunto de apoios que muito nos apraz registar).

Cremos que permanece assim inalterada a relação entre a quantidade (e a qualidade) da informação e o custo a que esta é disponibilizada, esperando que a mesma corresponda à expectativa crítica de um público diversificado e atento às temáticas da Arqueologia, Património e História Local.



CAPA:

Rocha gravada no vale do rio Côa (foto do Penacosa, Março de 1995). Imagem de Álvaro Almeida, cedida pela Associação Projecto Património.

### *Al-madan* • 1ª Série, nº 4 • Outubro 1995

Propriedade: Centro de Arqueologia de Almada • Apartado 603 (PRAGAL) • 2801 ALMADA CODEX

Registo de Impressão: 108998 ISSN: 0871-066X Depósito Legal: 92457/95 Director: Jorge Raposo Conselho Científico: Amílcar Guerra, António Nabais, Carlos M. da Silva, C. Tavares da Silva e Luís Raposo Redacção: Ana Luisa Duarte, Armando Sabrosa, Elisabete Gonçalves, Francisco Silva e Jorge Raposo

Colaboram neste número: Amílcar R. Guerra, Ana M. Moura, António C. Silva, A. Galopim de Carvalho, António M. Silva, A. Dias Diogo, A. Monge Soares, Carlos M. Silva, Eugénia Cunha, Francisco Henriques, Francisco Negalha, F. Sande Lemos, Francisco S. Alves, Graça Filipe, Guilherme Cardoso, Ivone P. Martins, João C. Caninas, J. Joanaz de Melo, J. Ladgero Gonçalves, João L. Cardoso, J. Paulo Pereira, Jorge Custódio, Jorge A. Miranda, J. Caieiro, José d'Encarnação, José Norton, J. Carreira, Laura Trindade, Leonardo Charréu, Leonor Rocha, Luís M. Araújo, Luís Raposo, M. Clara Salvador, M. Fernanda Boto, M. José Pinto, M. Varella Gomes, Rui Carita, Rui M. Salvador, Salette da Ponte, Vanda F. Santos

Retrosversão: Luís Gouveia e M. Isabel Santos Modelo Gráfico: Jorge Raposo e Paulo Buchinho Ilustração e Paginação: Jorge Raposo Cartoon: José Santos

Fotolito: Roseta Impressão: Tipografia Lugo Tiragem: 2.000 exemplares Periodicidade: Anual

Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, Instituto Português da Juventude, Câmaras M. Seixal, Câmaras M. Almada e Região de Turismo de Setúbal.

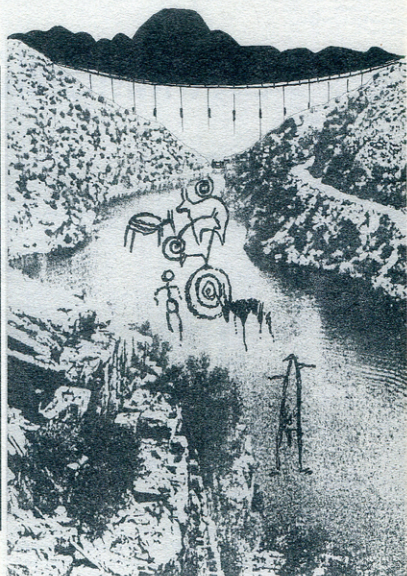
SOLICITA-SE PERMUTA • ON PRIE L'ÉCHANGE • EXCHANGE WANTED • TAUSCHVERKEHR ERWÜNSCHT • SOLICITIAMO SCAMBIO

# ESPECIAL IMPACTES

*A tentativa de construção de uma barragem no vale do rio Côa, ao colidir com um património arqueológico riquíssimo, provocou uma polémica de dimensão nunca antes conhecida no nosso país e que, inclusive, ultrapassou largamente as suas fronteiras. De todos os sectores da sociedade portuguesa surgiram posições que reflectem diferentes atitudes perante os vestígios do passado e as formas de encarar o presente e construir o futuro.*

*Procurando contextualizar este debate e centrá-lo nas questões fundamentais de definir o que valorizar, porquê, com que meios e em que enquadramento legal, Al-madan trata neste dossier a problemática da Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural sob diferentes perspectivas de análise: a legislação, os estudos realizados e as suas consequências, os critérios de valoração dos vestígios patrimoniais, a ética profissional e deontológica, etc.*

*Obviamente, a questão do Côa é também abordada, embora se lamente que a indisponibilidade de alguns dos principais intervenientes tenha impedido que compartilhem o que pensam com os nossos leitores, gorando-se assim a oportunidade que para tal lhes proporcionámos.*



Maneado José Luís - Centro de Arqueologia de Almada

## **AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL E PATRIMÓNIO CULTURAL • p. 60**

JORGE RAPOSO • ELISABETE GONÇALVES • JOÃO C. CANINAS • LUÍS RAPOSO • J. JOANAZ DE MELO

JOÃO P. PEREIRA & IVONE P. MARTINS • **ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL: a vertente arqueológica • p. 87**

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA • **IMPACTE AMBIENTAL E ARQUEOLOGIA: um diálogo indispensável • p. 94**

ANTÓNIO CARLOS SILVA • **ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E DE SALVAMENTO: a ponta do icebergue • p. 97**

FRANCISCO SANDE LEMOS • **FOZ CÔA: achegas para um debate indispensável • p. 101**

LUÍS RAPOSO • **A DATAÇÃO DAS GRAVURAS DO CÔA: considerações éticas e metodológicas • p. 109**

# FOZ CÔA

achegas para um  
debate indispensável

por Francisco Sande Lemos (\*)



Foto: Duarte Neto - Associação Regatos Varmos

## Nova prévia

A descoberta da arte pré-histórica do vale do Côa é um processo em plena construção, que reveste aspectos notáveis, entre os quais se destaca o protagonismo dos *mass-media* e dos cidadãos, em particular de Vila Nova de Foz Côa. Pela primeira vez no nosso país, no domínio da arqueologia, à escala nacional, os órgãos de comunicação social intervieram, não apenas como simples eco, ou puro reflexo de um problema, mas de uma forma interactiva, estimulando novos achados e alargando a esfera do debate. O "passado constrói-se no presente" é uma máxima muito difundida entre os arqueólogos, neste últimos anos. O *dossier* "Côa" traz para primeiro plano essa verdade elementar. O desafio ainda está por decidir. Tratando-se de uma descoberta de grande amplitude, com contornos polémicos, uma análise fria do *dossier* só será possível daqui a várias décadas, quando se fizer o balanço da Arqueologia portuguesa no último quartel do século XX e a história dos estudos de arte rupestre em Portugal.

Como se sabe, fiz parte da equipa inicial (com Susana Jorge, Maria Querol e Pinho Monteiro) que descobriu o santuário rupestre do vale do Tejo, na década de 70<sup>1</sup>. Em 1982, sendo Director do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte (SRAZN), tomei a iniciativa de prospectar os últimos trechos do vale do Douro ainda livres, designadamente a zona

que viria a ser submersa, poucos meses depois, pela albufeira da barragem do Pocinho. Assim, em Agosto desse ano, foi descoberto o importante núcleo de gravuras pré-históricas do Vale da Casa 2, cujo estudo foi imediatamente entregue a António Martinho Baptista, tendo sido mobilizados numerosos efectivos da Universidade do Minho, do SRAZN e do Museu de D. Diogo de Sousa.

Em Outubro de 1989, no âmbito de um trabalho para o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da barragem de Foz Côa, detectei a ocorrência de arte pré-histórica (gravuras e pinturas) no vale do rio Côa, em dois pontos da área ameaçada de submersão. A partir desse relatório, que também alertava para a existência de outros sítios de grande interesse, foi reconhecida a necessidade de um aprofundamento dos estudos, o que deu origem ao lançamento, em 1990, do Projecto Arqueológico do Côa (PAC), sob a responsabilidade do ex-IPPC/IPPAR<sup>2</sup>.

Neste texto, pretendo divulgar aspectos do processo que julgo pertinentes e que conheço, sem prejuízo de futuras análises mais desenvolvidas, quando forem conhecidos todas as peças do *dossier*. Na verdade, não disponho de outros dados, que constam dos arquivos do IPPAR e da EDP. O texto do relatório, que redigimos em 1989, vai ser impresso na revista *Forum*.

## ABSTRACT

A analysis of the different aspects concerning the discovery of pre-historical art in the Côa valley (Vila Nova de Foz Côa, Guarda), done by one of the authors of the Environmental Impact Study for the construction of a dam. The process is still far from its conclusion, but it was responsible for the generalization of the discussion about archaeology, heritage and economical interests in a dimension never before obtained in Portugal.

## RÉSUMÉ

Analise des différents aspects en rapport avec la découverte de l'art pré-historique dans le bassin de la rivière Côa (Vila Nova de Foz Côa, Guarda), réalisée par l'un des auteurs de l'Etude de l'Impact de Milieu Ambiental pratiquée dans le cadre du projet de construction d'un barrage sur le lieu.

Procédure encore en cours, qui se poursuit d'aspects remarquables et qui a généralisé la discussion sur une thématique archéologique à un niveau jamais atteint auparavant au Portugal, à tel point qu'une analyse dispositionnée ne sera possible que dans des décennies, lorsque sera fait le bilan de l'Archéologie portugaise en cette fin de siècle.

(\*) Arqueólogo. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Texto redigido em Maio e Junho de 1995.

## I. Cronologia

1989

Em Outubro a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) efectuou, mediante protocolo assinado com a Empresa Geral de Fomento (EGF), um relatório para o EIA da barragem de Foz Côa. O protocolo determinava que o trabalho se realizasse em três semanas, prevendo-se um mês posterior de assistência (Novembro). Segundo a empresa, que me contactou em Setembro, os prazos tão escassos derivavam da necessidade de concluir o EIA até ao final do ano. De acordo com o representante da EGF existiam estudos anteriores, na área do património, mas nada de relevante tinha sido registado. Porém, uma notícia divulgada pelo semanário *Expresso*, de 26 de Agosto desse ano, que assinalava a existência de uma importante estação arqueológica, o povoado romano e alto-medieval de Santa Maria, na área a ser afectada pela albufeira, obrigava à revisão urgente do EIA.

As prospekções realizaram-se dentro dos prazos previstos e o relatório foi entregue no calendário estabelecido. O protocolo entre a EGF e a UAUM cessou em Novembro de 1989.

Os trabalhos de campo foram realizados sob a minha orientação directa e permitiram descobrir vários sítios inéditos relevantes. Foram inventariados vestígios de ocupação de sucessivas épocas: terraços pliocénicos; utensílios paleolíticos; uma rocha horizontal (com gravuras de traço fino) e um abrigo com gravuras pré-históricas (esquemáticas), atribuídas ao calcolítico; quatro abrigos com pinturas pré-históricas (representando animais e figuras humanas), também atribuídas ao calcolítico; diversos povoados romanos; indícios de ocupação medieval; imóveis (quintas) dos séculos XVII e XVIII; numerosas estruturas de valor etno-arqueológico. Ao todo foram inventariados mais de seis dezenas de locais de interesse variável.

No relatório conclui que o impacto da barragem era "bastante significativo", devido à circunstância de estar ameaçado de submersão "todo um universo de diferentes estruturas e vestígios, que documentam sucessivas etapas do povoamento da região, com particular relevância para os períodos calcolítico *4*, romano e da Idade Moderna/Contemporânea, épocas em que as matrizes de ordenamento do território mais aproveitaram os espaços e recursos oferecidos pelas margens do rio" (LEMOS, 1989).

E acrescentava: "O estudo sistemático de todos esses testemunhos exigirá vários anos de trabalho, equipas interdisciplinares, especializadas nas diversas áreas referidas nos diversos capítulos deste relatório, e um sério investimento, de tal modo que se adquira um conhecimento rigoroso das comunidades que se instalaram nas margens do rio Côa, e dos seus

modos de vida, desde os tempos recuados da Pré-História até ao século XX" (LEMOS, 1989).

Para cada uma das épocas foi recomendado o aprofundamento dos trabalhos, a fim de se concretizar o estudo exaustivo da área afectada pela futura albufeira.

No âmbito da área da Pré-História Antiga (Paleolítico) foi escrito o seguinte: "Em terraços da margem esquerda do rio Côa, nos pontos assinalados na cartografia, foram recolhidos diversos artefactos líticos que indiciam a possibilidade de o vale ter sido percorrido por comunidades paleolíticas, ainda que por ora seja difícil precisar com maior rigor a sua cronologia. Os artefactos, produzidos sobre seixos de quartzo e de quartzo, por vezes de boa qualidade, são 'choppers' e 'chopping-tools', núcleos e lascas. Os materiais registados, embora em número escasso, apontam para a necessidade de um estudo mais aprofundado dos terraços que vão ser inundados e que se desenvolvem ao longo das margens do rio, em particular nos trechos em que o vale se amplia, nomeadamente no troço entre a Quinta de Santa Maria e o Salto do Boi. Um estudo exaustivo deve ser implementado, obedecendo às seguintes características: identificação dos terraços; cartografia dos mesmos sobre topografia aérea e sobre os mapas 1: 2 500; recolhas sedimentológicas e estudos do material grosseiro; prospekção intensiva a fim de se recolher todo o espólio lítico de superfície; sondagens no caso de se determinar a existência de um habitat, de um atelier de talhe, ou de estratigrafia" (LEMOS, 1989).

Tal como para a área do Paleolítico foram redigidas recomendações sobre cada um dos períodos cronológicos detectados. No caso concreto da arte rupestre sublinhámos a necessidade de uma prospekção minuciosa entre o local da barragem e a Quinta de Santa Maria. De facto, tendo em conta o posicionamento das rochas com gravuras, deduzi que existissem outras superfícies com insculpturas, submersas em 1983 pela albufeira do Pocinho, que afecta o rio Côa <sup>5</sup>. Assim, recomendamos que, para o efeito, fosse aproveitado um abaixamento da cota da barragem do Pocinho, em combinação com a EDP, pois considerávamos "altamente provável que existam muitas outras superfícies gravadas, neste momento cobertas por água".

Quanto ao estatuto dos elementos patrimoniais foram estabelecidos três níveis: Valor Excepcional; Grande Valor e Interesse Normal. Os abrigos com pinturas foram classificados como valores excepcionais, bem como os povoados da época romana e outras estruturas de habitat, mais recentes. Quanto às gravuras rupestres, ambos os sítios (Canada do Inferno e Vale de Figueira), foram classificados como de "Grande Interesse". De interesse normal foram classificados elementos que exigiam uma caracterização

<sup>1</sup> A descoberta foi imediatamente divulgada na imprensa portuguesa e estrangeira. A participação na equipa do Vale do Tejo era voluntária. Os estudantes mais interessados e persistentes adquiriram progressivamente responsabilidades e as comunicações eram assinadas em conjunto. Foi assim que António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes principiaram os seus estudos em arte rupestre.

<sup>2</sup> A equipa era formada por mim e por diversos auxiliares, entre os quais o sr. Manuel Abrão Pires, Jesus Martinho e Vítor Pires.

<sup>3</sup> Ver Relatório do Serviço Regional de Arqueologia de 1990.

<sup>4</sup> O destaque conferido ao período calcolítico baseava-se no pressuposto de que a arte rupestre identificava datação desse período.

<sup>5</sup> Dedução óbvia, considerando os precedentes da arte rupestre do vale do Tejo e do Douro (Pocinho).

mais aprofundada, como os terraços paleolíticos, ou possíveis abrigos pré-históricos, a par de estruturas etno-arqueológicas.

O relatório foi redigido em função do cenário construção da barragem, embora escrevesse que o enchimento da albufeira iria forçosamente destruir os abrigos com pinturas pré-históricas. A ideia primordial foi a de sublinhar a necessidade imperiosa de um estudo minucioso prévio, evitando assim situações anteriores, verificadas nas bacias do Tejo e do Douro.

1990

— As conclusões do relatório, as recomendações e as fichas relativas aos elementos inventariados foram inseridos no EIA, pela EGF. Entre o original que enviámos e o texto do EIA, concluído em Fevereiro de 1990, verificaram-se alterações significativas, sem que, para tal, me tenha sido solicitada autorização <sup>6</sup>. Apesar dessas alterações o EIA afirmava que um dos impactos negativos residia na submersão de património, recomendando-se um aprofundamento detalhado dos estudos, que deveria ser entregue à entidade da tutela. Neste sentido, de acordo com declarações do dr. Lino Augusto Tavares <sup>7</sup>, a partir de Junho encetaram-se negociações entre a EDP e a Direcção do Serviço Regional de Arqueologia do Norte (IPPC), tendo esta entidade aceitado assumir directamente a responsabilidade dos trabalhos, sistema aliás preferido pela EDP, por assegurar maior continuidade.

De facto, pode ler-se o seguinte, no relatório de 1990 do Serviço Regional do Norte do IPPC, no capítulo relativo a "Informações e Pareceres":

"5.12 - Plano Arqueológico do Côa, Vila Nova de Foz Côa.

*Estudo dos processos referentes ao PAC, nomeadamente no capítulo do Património Arqueológico de Estudo de Impacte Ambiental, remetidos pela EDP, a fim de se programar um salvamento dos vestígios localizados na área de enchimento da albufeira"* (Lino Augusto, Miguel Rodrigues, Nelson Rebanda).

Declarações do Presidente da EDP, proferidas em 16 de Dezembro de 1994, em Vila Nova de Foz Côa, confirmam o relatório do SRAZN:

"Foi esta posição de princípio que nos levou a um trabalho conjunto com o IPPAR, e que vem já desde 1990. Os estudos de impacte ambiental que antecederam a decisão de construir o aproveitamento hidroeléctrico de Foz Côa indicaram a probabilidade de existência nesta região de vestígios arqueológicos importantes. Assumimos desde logo a recomendação que então nos foi feita de os estudos serem aprofundados, em ordem a assegurar a salvaguarda de tudo o que no domínio da Arqueologia tivesse interesse. Não sendo — como já disse — especialistas em Arqueologia, celebrámos com o IPPAR um protocolo,

*no qual nos comprometemos a financiar e a apoiar logisticamente os estudos especializados nesta região. O IPPAR, da sua parte, comprometeu-se a aconselhar-nos nas medidas de salvaguarda que se mostrassem necessárias"* <sup>8</sup>.



1991

— No Relatório do IPPC, na página consagrada à actividade da Divisão de Arqueologia do Norte, respeitante a este ano, pode ler-se o seguinte:

"*Projecto Arqueológico do Côa*"

*Registo e salvamento do importante património detectado pelo EIA e ameaçado de submersão pela futura albufeira"* <sup>9</sup>.

— É organizado um novo EIA, que vai repescar o estudo patrimonial de 1989, sem o actualizar e sem me consultar.

1992

— Em Janeiro a Comissão de Avaliação do Impacte faz diversas críticas ao EIA e salienta que: "*Os impactos a nível do património são muito significativos e a sua importância é, não só de âmbito local e regional, como nacional, embora o EIA não lhes dê o valor suficiente, limitando-se a enumerar o que vai ser afectado. Este facto justifica a necessidade de um estudo complementar, que já se encontra em elaboração, atendendo a que a EDP celebrou um protocolo com o IPPC, de modo a estudar os valores existentes e a analisar as respectivas medidas de minimização; este estudo deverá ser posteriormente apresentado"*.

Estes dados concordam com o excerto do Relatório da Divisão Regional de Arqueologia de 1991, acima transcrito. Desconheço, porém, se o IPPAR chegou a entregar o estudo complementar solicitado pelo Ministério do Ambiente.

<sup>6</sup> Devo salientar que nunca me foi enviada cópia do EIA. Só recentemente comprei o relatório de 1989 com o texto do EIA de 1990. Também não houve qualquer contacto oficial entre IPPC e a Unidade de Arqueologia sobre o património arqueológico do vale do Côa, salvo referências de carácter informal em 1990, nas quais me foi dito que o SRAZN tinha acolhido muito favoravelmente o estudo.

<sup>7</sup> Director do Serviço Regional de Arqueologia do Norte em 1990 e, posteriormente, coordenador institucional do PAC.

<sup>8</sup> Texto divulgado pela EDP em 16 de Dezembro de 1994.

<sup>9</sup> Desconheço que trabalhos foram realizados no âmbito do PAC neste ano de 1991.

— A decisão governamental de construir a barragem de Foz Côa é tomada em 28 de Fevereiro de 1992 e condicionada a aspectos de natureza legal na vertente ambiental. O concurso para a “primeira grande empreitada” da barragem é lançado em Março de 1992 e a primeira obra (construção de uma ensecadeira e um túnel derivativo, no valor de 600 mil contos) adjudicada em Agosto do mesmo ano. Este tempo, de seis meses, poderia ter sido aproveitado para as prospeções sistemáticas recomendadas em 1989. Aliás, num folheto distribuído em Setembro de 1992, ao anunciar o lançamento das primeiras obras do projecto da barragem, a EDP afirma que estão a ser realizados “Estudos arqueológicos sistemáticos”.

— De acordo com o dr. Nelson Rebanda (1995) a descoberta da primeira rocha com gravuras de estilo paleolítico ocorre na Canada do Inferno em 1992, no âmbito de “deslocações esporádicas” ao vale do rio Côa. Não sabemos se esta primeira descoberta, de excepcional valor, terá sido comunicada de imediato à Direcção do IPPAR e à EDP, ou ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

1993

— Em Março 10 é aprovado o EIA pelo Ministério do Ambiente (ou seja num momento em que o IPPAR já sabe que o relatório arqueológico de 1989 estava manifestamente desactualizado).

— Em 26 de Março é formalmente assinado o protocolo entre o IPPAR e a EDP.

— Em Maio realizam-se em Lisboa as *V Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, sendo um dos temas preferenciais o acompanhamento das grandes obras públicas. Entre os resumos das comunicações apresentadas às referidas Jornadas, pode ler-se o seguinte texto, da autoria do dr. Nelson Rebanda:

*“O lançamento da construção da barragem de Vila Nova de Foz Côa, por parte da empresa EDP-Electricidade de Portugal, levou à intervenção da ex-divisão de Arqueologia do ex-IPPC e, posteriormente, da Direcção Regional do Porto do IPPAR, com vista ao estudo e salvaguarda dos vestígios arqueológicos ameaçados pela construção deste empreendimento hidro-eléctrico.*

*Essa colaboração entre a entidade promotora da obra e o organismo de tutela surge na sequência das recomendações do EIA (Estudo do Impacto Ambiental) e após se ter verificado a existência de um considerável número de sítios de grande interesse arqueológico, de acordo com o levantamento prévio efectuada pelo dr. Francisco Sande Lemos, da UAUM (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho). Assim, foi elaborado um Plano Geral de Salvamento, cujas primeiras acções se iniciaram em 1991, imediatamente antes das obras da construção da barragem.*

*Nesta comunicação serão apresentados alguns resultados preliminares desses trabalhos, que incidiram basicamente nas áreas de impacto directo e imediato da obra, abordando-se a problemática do levantamento, do trabalho de campo ao registo e interpretação dos dados, bem como os conceitos de prevenção, preservação e salvamento”.*



Foto: Zúñiga Neto - Associação Projecto Harmonia

O coordenador do PAC, esteve presente em Lisboa, no Convento do Carmo. O técnico do IPPC limitou-se a apresentar o resultado de trabalhos efectuados na zona (Almendra) onde iria ser extraída a pedra para a construção da barragem, referindo de passagem a descoberta de “conjuntos rupestres detectados na zona de construção da barragem”, mas sem precisar a sua cronologia (JORGE, 1995: 58).

— O responsável do PAC envia uma comunicação para o I Colóquio de Arqueologia Peninsular (Setembro), na qual se propunha falar sobre a arte do Douro: “Efectua-se um balanço sobre a arte rupestre na Bacia Média do Douro à luz das descobertas realizadas nestes últimos anos, especialmente desde 1980”. Aceite como poster, não chegou a ser apresentada (JORGE, 1995: 59).

— Em 28 de Setembro a equipa do IPPAR observa, na Canada do Inferno e na Foz do Rego de Vide, novas gravuras com arte de estilo paleolítico, devido ao abaixamento das águas, no decurso das obras da ensecadeira (REBANDA, 1995: 6). Só então, ao que parece, a EDP terá sido informada da extensão das descobertas, colocando-se o problema do exame do leito natural do rio. A comunidade científica permanece na ignorância destes novos achados.

— Em Novembro reúnem-se representantes da Hidro-Rumo e do IPPAR para discutir os problemas resultantes dos achados.

10 Data indicada no texto distribuído pelo EDP em 16 de Dezembro de 1994.

1994

— Em Janeiro o Presidente do IPPAR, o arquitecto Nuno Santos Pinheiro, deslocou-se a Vila Nova de Foz Côa e tomou conhecimento da existência das gravuras, desconhecendo-se que orientações preconizou para a sua salvaguarda.

— Em Abril, no II Congresso da Água, numa comunicação apresentada por um técnico da Hidro-Rumo, são referidas de forma muito sucinta, na área afectada pela albufeira do Foz Côa "gravuras e pinturas rupestres, às quais se atribui origem paleolítica" (MONTEIRO, 1994).

— No Verão, no mesmo local, Canada do Inferno, foram avistadas mais gravuras, realizando-se o seu levantamento com o auxílio de um desenhador do Museu de D. Diogo de Sousa.

— A revista da EDP publica, sem legendas, a foto de uma das rochas da Canada do Inferno, com gravuras de estilo paleolítico (a primeira a ser descoberta).

— Em Novembro, a equipa do PAC, ao verificar um inesperado abaixamento ocasional das águas, decide chamar colegas exteriores ao Instituto, a fim de autenticarem a sua descoberta, alegando que as gravuras não tornariam a ser observáveis devido ao incremento entretanto adquirido pelo empreendimento hidro-eléctrico (as obras de construção da barragem propriamente dita tinham sido adjudicadas em Abril de 1994). Foram chamados, para além de mim, os especialistas em arte rupestre Mila Simões de Abreu, Mário Varela Gomes e António Martinho Baptista. Entretanto o IPPAR lançou um "press-release", noticiando a descoberta.

— O debate ocorrido em Vila Nova de Foz Côa em 16 de Dezembro de 1994 veio revelar que a quase totalidade das recomendações inseridas no EIA ainda não tinham sido cumpridas, passados mais de cinco anos sobre o momento em que a EDP e o ex-IPP/IPPAR decidiram colaborar no aprofundamento dos

104 o Aproveitamento...

na época natalícia e de fim-de-ano!), sendo o EIA e o RNT enviados para o INAMB, a CCRN e a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (CMVNF), enquanto as outras duas autarquias afectadas (Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo) e as Juntas de Freguesia envolvidas apenas receberam o RNT. Divulgada através da rádio local, dois anúncios na imprensa, editais e ofício enviado a associações, sindicatos, universidades, institutos, etc., ela envolveu também uma audiência pública (9/1/2/11), participada por cerca de 30 pessoas, entre as quais membros do poder local, agricultores, proprietários, representantes da EDP e da EGF, etc.

Contribuições escritas apenas as da CMVNF, que "reconhece a importância e actualidade do projecto em causa", e da empresa vitivinícola "Ramos Pinto", proprietária de uma das quintas mais afectadas, a Q<sup>a</sup> de St.ª Maria (3/4 ficaram submersos, entre os quais 500 ha de vinha de qualidade B que produzem 7500 kg/ha e um rendimento bruto de 1100 contos/ha), que anexa diversos pareceres técnicos (particulares e de institutos e associações nacionais e estrangeiras). Os representantes desta empresa defendem alternativas à barragem (pequenos empreendimentos em cascata) e que o valor sócio-económico da vinha é muito superior ao da obra projectada, ainda por cima quando esta é apoiada num EIA muito superficial.

As conclusões resultam a aceitação geral do poder local e que, com a excepção referida, a inviabilização de áreas agro-

las é admitida pelos agricultores. Quanto aos impactos sobre os vestígios patrimoniais, estes "foram identificados na sequência do acordo do Proponente com o IPPC para a sua salvaguarda", salientando-se o compromisso da EDP na "transferência para o Museu Local de alguns destes vestígios". Lamentou-se ainda a fraca participação pública, nula no caso das associações ambientalistas.

Mais afirmativa é apreciação global de uma CA perfeitamente insuspeita de pertencer a qualquer lobby arqueológico, composta por representantes da DGRN (coordenação), do SNPRCN e da CCRN (a que se associou por convite o INAMB), que refere que "toda a análise foi baseada numa única solução, não tendo sido apresentadas alternativas, nomeadamente a alternativa zero resultante da não construção da barragem". Um lamento que se regista três anos e meio antes do momento em que redigimos este texto, quando o Ministro Mira Amaral nos vem dizer, imputando, que se prepara para apresentar um estudo que quantifica "os custos para o povo português" da não-construção da barragem! Quanto se teria não antes do mesmo período se inicialmente se tivesse contemplado essa alternativa?

Voltando à posição da CA, esta também entende que as medidas propostas "não estão devidamente quantificadas e localizadas", enquanto o Resumo, embora satisfatório, "refere no 1.º parágrafo que o EIA visa apoiar a execução do empreendimento, afirmação essa que não merece o

nosso acordo. A função dum EIA não é a de justificar uma obra, mas sim a de analisar até que ponto os impactos decorrentes favorecem determinadas alternativas em detrimento de outras ajudando à sua selecção e propondo medidas minimizadoras ou mesmo eventualmente aconselhando a inviabilização do empreendimento". Um comentário de alto valor pedagógico que também parece não se inserir nos princípios que norteiam os nossos decisores políticos.

Considera-se ainda que "os impactos ao nível do património são muito significativos e a sua importância é, não só de âmbito local e regional, como nacional, embora o EIA não lhes dê o valor suficiente, limitando-se a enumerar o que vai ser afectado", e exige-se que o estudo a promover pela EDP/IPP deve ser "posteriormente apresentado". Por outro lado, entende a CA que "não são explícitos os critérios de hierarquização dos impactos" na respectiva matriz, terminando com uma crítica explícita ao não concordar "com a designação de impacto positivo atribuído aos efeitos das medidas correctoras, como, por exemplo, a realização de estudos do património a inundar, já que estas medidas apenas pretendem minimizar impactos francamente negativos".

Todavia, "propõe-se que o EIA seja aprovado. O proponente deverá, no entanto, apresentar os estudos complementares e implementar as recomendações sugeridas pela CA para as várias fases do empreendimento".

Assim sucedeu quanto à aprovação, embora, tal como FSL, ignoremos que tipo de estudos complementares foram apresentados e de que forma se implementaram as recomendações.

Jorge Raposo

## Bibliografia

- APROVEITAMENTO Hidroeléctrico do Rio Côa — escalão de Foz Côa. Projecto Base. Estudo de Impacte Ambiental: resumo não técnico (1991a), Lisboa, EDP — Electricidade de Portugal, Direcção Operacional de Equipamento Hidráulico, Julho.
- APROVEITAMENTO Hidroeléctrico do Rio Côa — escalão de Foz Côa. Projecto Base. Volume XVI — Estudo de Impacte Ambiental (EGF) (1991b), Lisboa, EDP, DOEH, Julho.
- PARER da Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Côa — escalão de Foz Côa. Projecto Base (1992), Lisboa, DGRN, INAMB, 23 de Janeiro.
- RELATÓRIO da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Côa — Escalão de Foz Côa. Projecto Base (1992), Lisboa, DGRN, INAMB, Janeiro.

estudos. Vale a pena salientar algumas dessas recomendações não concretizadas:

- a) formação de equipas interdisciplinares para o estudo das diversas épocas cronológicas;
- b) prospecção minuciosa entre o local da barragem e a Quinta de Santa Maria;
- c) inventário e caracterização dos terraços quaternários.

Na mesma sessão concluiu-se que o problema do exame do leito normal do rio e da salvaguarda das gravuras já fora assunto de relatórios internos e de vários contactos entre o Instituto e a EDP.

— O Conselho Consultivo do IPPAR propõe a abertura do processo de classificação do vale, proposta que merece a concordância de Pedro Santana Lopes.

1995

— Verifica-se (Maio), por notícias vindas a lume na Imprensa, que uma equipa interdisciplinar vai, finalmente, principiar o estudo do património arqueológico do Vale do rio Côa, ou seja quase seis anos depois dessa recomendação ter sido expressa no relatório de 1989.

## II. Observações sobre o relatório de 1989

Gizado o esqueleto cronológico gostaria de tecer algumas breves observações sobre relatório de Novembro de 1989. Como vimos, quer a EDP, quer os técnicos do Instituto tinham consciência que se tratava de um "levantamento prévio", que exigia subseqüentes prospecções. Face aos resultados do estudo preliminar, a EDP apressou-se a contactar a entidade da tutela. Passados poucos meses, através do IPPC, soube que o estudo tinha sido bem acolhido, e que a própria entidade da tutela iria aprofundar os trabalhos. Tudo parecia indicar que o IPPC estava a actuar em tempo útil, de forma eficaz, lançando um projecto específico para o vale. O coordenador técnico desse projecto, como lhe cumpria, foi visitar a zona da Canada do Inferno, onde o estudo de 1989 referia uma rocha com gravuras pré-históricas, atribuídas ao calcolítico, considerada de grande interesse e descobriu uma segunda de maior relevância, com figuras de tipologia paleolítica. Os indícios recolhidos conduziram forçosamente a novas descobertas, como é usual em Arqueologia. Desconheço porque motivos um processo que parecia bem encaminhado entrou em derrapagem.

É verdade que, durante as prospecções realizadas em 1989, não foi observada nenhuma rocha com representações de animais, atribuíveis ao paleolítico <sup>11</sup>. Aliás, a recente descoberta dos conjuntos existentes entre a Quinta de Santa Maria e a da Barca revela co-

mo a prospecção da arte rupestre em 1989 foi preferencialmente orientada para as rochas contíguas ao leito do rio, com base nos modelos do Tejo e do Pórnio. Todavia, a descoberta de quatro abrigos com pinturas, situadas num trecho do vale de acesso muito difícil (meia hora de *jeep* e duas horas a pé) demonstra que houve o cuidado de observar os locais mais afastados e de percorrer a pé o leito do rio. Devo acrescentar que os limites do estudo não foram escamoteados. Pelo contrário, admitia-se, expressamente, que apenas tínhamos descoberto parte dos abrigos com pinturas existentes no vale. Referia-se, também, a necessidade de examinar as palas dos afluentes laterais, designadamente na Canada do Inferno e na Ribeira de Piscos, na sua maioria então cobertas por mato.

Tempo muito mais dilatado, não três semanas mas dois anos (antes do despacho governamental que autorizou o empreendimento), estive à disposição do Projecto Arqueológico do Côa lançado em 1990.

Importa, também, sublinhar que nunca reclamei quaisquer direitos científicos ou prioridade sobre as descobertas que fiz em 1989. Pelo contrário. De imediato informei diversos colegas, eventualmente interessados no tema, sublinhando as potencialidades do vale do Côa no domínio da arte rupestre. Evidentemente, não me competia formular convites oficiais, escritos, pois que a área estava sob a responsabilidade directa do IPPAR.

## III. Considerações finais

Algumas das transcrições inseridas em **I. Cronologia** falam por si. O ex-IPPC/IPPAR não interveio apenas na fase de acompanhamento da barragem de Foz Côa, depois de principiada a obra. De facto, participou directamente nas fases que antecederam a autorização governamental para o projecto da barragem.

O processo subsequente, entre 1990 e 1994, é assaz intrincado e pouco conhecido. Provavelmente a EDP e os coordenadores do PAC julgaram estar a proceder da melhor maneira <sup>12</sup>. Houve, todavia, excesso de silêncio. A hipótese de reter sob o manto do sigilo, mesmo que psicologicamente compreensível, é impensável em sociedades onde a comunicação domina, onde tudo pode ser notícia. E que melhor notícia do que a notícia escondida? As imagens do vale do Côa que se pretendiam proteger da dura competição científica, terrível ironia, acabaram por se espalhar até aos mais remotos continentes, ampliadas sob a luz forte de uma dicotomia dramática: barragem *versus* arte rupestre (dicotomia que não terá qualquer sentido daqui a cem anos).

Mas, para além desse cenário dramático, barragem *versus* arte rupestre, perfilam-se outras interrogações, mais complexas.

<sup>11</sup> Uma parte das rochas com gravuras datáveis desse período encontra-se debaixo de água: situação prevista no relatório de 1989, ou apenas são observáveis de barco. Outras escondiam-se sob mato cerrado ou canaviais: probabilidade também referida no mesmo documento (no estudo de 1989 é expressamente referida a necessidade de se examinar as palas que se dispõem ao longo da Ribeira de Piscos e a jusante da Canada do Inferno, por exemplo). Existem, contudo, rochas bastante visíveis, pelo que admito que a zona onde se encontram tenha sido prospectada em condições de luz pouco favoráveis.

<sup>12</sup> O dr. Lino Augusto Tavares Dias afirmou publicamente que era uma das poucas obras públicas do país que estava a ter um acompanhamento directo.

Porque que motivo, a arte rupestre da Terra Quente transmontana e durienne nunca foi objecto de um levantamento sistemático, apesar do seu interesse e das expectativas conhecidas? A existência de vários abrigos com pinturas na Pala Pinta (Alijó), Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães); as gravuras do Vale da Vilariça, publicitadas por Santos Júnior, mas que nunca foram objecto de adequado estudo sistemático; o célebre cavalo de Mazouco; as novas descobertas efectuadas em 1982 no vale do Douro (Pocinho); os sucessivos núcleos de pinturas assinalados na serra de Passos; a descoberta em 1988 de outro abrigo com pinturas na Fonte Santa (Lagoaça); a Fraga do Gato (Ribeira do Mosteiro); conduzem à hipótese de estarmos perante uma área muito rica no domínio da arte pré-histórica.

Outra pergunta interessante: como foi possível não ter sido divulgado há mais tempo um conjunto desta importância, num concelho onde trabalham, anualmente, desde o fim da década de 80, três equipas de arqueologia? A justificação reside num típico fenómeno de territorialidade científica, obsoleta, neste tempo de grande velocidade de comunicação e de circulação.

Ainda outro aspecto interessante refere-se à intensa movimentação de especialistas. Em 1989 propus a formação de equipas interdisciplinares para o estudo do vale. O ex-IPPC/IPPAR encarregou dos trabalhos um único arqueólogo. Durante anos esse arqueólogo usufruiu os amplos espaços do vale e áreas adjacentes, numa aventura de descobertas de grande emoção individual (O Rio Sagrado). Depois, a caixa das maravilhas explodiu, produzindo-se o efeito contrário. Num ápice, sobre o vale do Côa convergiram numerosos especialistas, num cortejo estonteante.

Esta descoberta, a da arte rupestre do Côa, coloca, também, na ribalta as questões dos contextos e fenómenos post-deposicionais. De um modo geral as descobertas de arte rupestre têm resultado de acasos ou de salvamentos. A sobrevivência dos vestígios do passado depende de factores que ultrapassam as conjecturas dos arqueólogos. Em Trás-os-Montes verifica-se uma óbvia coincidência entre a distribuição dos principais grupos de arte rupestre e as curvas de pluviosidade. É nos vales mais áridos e encaixados, nos afluentes do Sabor, em especial da sua margem esquerda (concelhos de Torre de Moncorvo e de Mogadouro), que se devem procurar as novas descobertas de arte pré-histórica. Outra zona muito favorável é a rede de vales que entalham os contrafortes orientais da serra de Roboredo e que confluem para a Ribeira do Mosteiro (afluente do Douro).

Estou convencido que descobertas espectaculares aguardam os arqueólogos dispostos a percorrer demoradamente as escarpas do maciço de Penedo Durão; a vasculhar as palas das íngremes vertentes da serra da Navalheira ou as imponentes fragas do vale do Sabor.

Finalmente, uma última observação: mais do que discutir o problema dos métodos para harmonizar o passado e o presente, o que interessa é sublinhar que o passado não é propriedade do Estado, ou da Ciência. O passado é um valor social, pelo que qualquer descoberta relevante deve ser comunicada de imediato no âmbito da comunidade científica e, subsequentemente, depois de tomadas as medidas de protecção necessárias, divulgada junto do grande público. Nem a descoberta, nem a realização de trabalhos (registos ou escavações) ou de estudos do espólio podem, ou devem, ser considerados propriedade intelectual do arqueólogo ou direitos científicos adquiridos. São bens sociais, que devem ser protegidos, classificados e divulgados. A propriedade intelectual do arqueólogo reside exclusivamente nas leituras e conjecturas que produz sobre essas descobertas, registos e artefactos. Só por esta via será possível aos arqueólogos libertarem-se do *espírito antiquário*, herdado do século XIX, que ainda influencia muito as atitudes. No esforço que os arqueólogos estão a realizar para adquirir um estatuto profissional sólido é importante que esta distinção entre o antiquário e o investigador se consolide e afirme. É, também, muito importante que se garantam os meios de uma divulgação científica e pública dos trabalhos em tempos muito rápidos, o que implica a edição regular de revistas ou monografias e o apoio do Estado à sua edição com verbas indispensáveis. Novos conceitos sobre os direitos científicos do arqueólogo, por um lado, e, por outro, acelerar a comunicação entre a produção de conhecimento e os diversos círculos de público são aspectos decisivos. **A**

## Bibliografia

- s/a (1990), *Relatório de Actividades* (Departamento de Arqueologia e Serviços Regionais de Arqueologia do IPPC).
- s/a (1991), *Relatório de Actividades do IPPC*.
- s/a (1994), "Hidro-Rumo: Laboratório de Materiais de Construção", *Revista da EDP*, Setembro/Outubro, Lisboa, pp. 16-20.
- AAVV (1992), *Parecer da Comissão de Avaliação. Estudo do Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Côa*. Escalão de Foz-Côa, Lisboa.
- EDPIEGF (1990), *Estudo do Impacte Ambiental do Aproveitamento de Foz Côa*. Volume 2 — Relatório Final, Lisboa.
- JORGE, Vítor Oliveira (1995), "Compromisso com o Côa", *A Phala*, 43, pp. 58 e 59.
- MONTEIRO, Timóteo J. P. (1994), "Aproveitamentos Hidro-Eléctricos e de Fins Múltiplos e Ambiente", *II Congresso da Água*, 12-14 de Abril de 1994.
- LEMONS, Francisco Sande (1989), "Relatório do Impacte Arqueológico da Albufeira de Foz Côa" (a publicar na revista *FORUM*).
- REBANDA, Nelson (1995), *Os trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre do Côa*, Lisboa, IPPAR.